



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS DO GOVERNO FEDERAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

INTRODUCTORY NOTES TO THE FEDERAL GOVERNMENT ACTIONS AND STRATEGIES
FOR TRAINING BASIC EDUCATION TEACHERS.

Katiucia e Silva¹

Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade²

RESUMO

A formação de professores tem sido apontada como um importante fator para a qualidade da educação o que exige do governo ações para garantia da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Desta forma, este artigo tem como objetivo discutir algumas das ações e estratégias que o governo federal estabelece no âmbito das políticas para formação de professores no país. A metodologia utilizada é por meio de levantamento bibliográfico, em obras de autores como Nóvoa e Imbernón, que discutem a questão da formação de professores e em documentos do Ministério da Educação, para uma identificação das ações no contexto de políticas públicas educacionais e contribuições para a qualidade da educação

Palavras-Chaves: Políticas Públicas. Governo Federal. Formação de Professores.

ABSTRACT

Teacher training has been identified as an important factor for the quality of education, which requires government actions to guarantee the initial and continuing training of education professionals. Thus, this article aims to discuss some of the actions and strategies that the federal government establishes within the scope of policies for teacher training in the country. The methodology used is through bibliographic survey, in works by authors such as Nóvoa and Imbernón, which

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação do curso de Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: katiucia.silva@hotmail.com1.

² Professora da Pós- Graduação do curso de Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: lucimarypandrade@yahoo.com.br.

discuss the issue of teacher training and in documents from the Ministry of Education, for the identification of actions in the context of public educational policies and contributions to the quality of education.

Keywords: Public Policy. Federal Government. Teacher Training

INTRODUÇÃO

A formação de professores, são ações inseridas no contexto de políticas públicas educacionais, e que ao longo dos últimos anos, vem ganhando visibilidade, devido a sua expectativa na contribuição da qualidade da educação.

Com dimensões políticas, decorrente da construção de uma identidade e profissionalização docente, tornando-se relevante para uma educação eficiente para todos.

Por este motivo é fundamental atenção a formação de professores, enquanto política pública, pois está representa as mudanças significativas não somente na prática pedagógica, mas no cenário educativo do país e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Atualmente há legislações que regulamentam a formação de professores inicial e contínua como políticas públicas, e estabelecem a assistência de qualidade nos serviços educacionais prestados, garantindo direitos fundamentais de cidadania.

Destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases (lei 9.394/96), como uma das mais importantes legislações de políticas educacionais, de forma estruturada, viabilizando uma educação democrática, em especial, com atenção aos aspectos essenciais que está possibilita.

Um dos aspectos importantes da Lei 9.394/96, está em seus artigos, revela: Art. 61, considera profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, detalhado em seus incisos, trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia e suas habilitações, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim, profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação; e o Art. 62, determina que a formação de docentes da educação básica, será em curso de licenciatura plena, com formação

mínima para o exercício do magistério na educação infantil e séries iniciais. (BRASIL, 1996)

Outro aspecto a ser considerado legislação e política educacional, e que está fundamentado nas diretrizes educacionais, são os profissionais da educação, em atenção a formação destes profissionais, que estabelece a formação em nível superior-graduação, licenciatura, que admita uma formação mínima para o exercício do magistério.

Visto que, a formação de profissionais da educação, em especial os professores, são instrumentos de melhorias na educação, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos, e garantia de sucesso na aprendizagem.

A formação dos profissionais em educação, possui grande relevância em especial na construção da identidade deste profissional, diante dos novos cenários políticos, e da atual e complexa realidade brasileira.

Os pressupostos das formações devem articular práticas educacionais, e profissionalização pautado na concepção de competência profissional. “O processo de formação deve dotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolver profissionais reflexivos ou investigadores” (IMBERNÓN, 2011, p.41)

O Ministério da Educação (2019, p.3) por meio do seu Conselho Nacional de Educação, em sua versão atualizada, estabeleceu parecer que institui e definiu a Base Nacional Comum Curricular (2017), este documento aponta alguns dos esforços que o país realizou nas últimas décadas, no campo de políticas públicas, de formação de docente, nesse sentido, destaca-se a valorização do professor, e a necessidade de dialogar com o novo momento da educação básica do nosso país, o documento indica através dos seus incisos, as seguintes ações, destaca-se:

(vi) Fóruns das Licenciaturas se constituíram como importantes espaços de debates nas 123 universidades para discutir políticas de expansão e projetos pedagógicos articulados para as licenciaturas. (vii) Rede Nacional de Formação Continuada foi criada em 2004, pelo MEC, visando a criação de uma maior organicidade entre os programas e os gestores responsáveis pelas políticas de formação continuada. (viii) Programas de apoio à formação docente foram instituídos, merecendo destaque o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e o Programa de Consolidação das licenciaturas (Prodocência), além do apoio dado a cursos de segunda licenciatura e cursos experimentais destinados à formação de professores direcionados à educação do campo e indígena. (ix) Comissão Bicameral foi criada no âmbito do CNE: para tratar das normas e diretrizes para a formação de profissionais

do magistério da educação básica. Entre 2012 e 2014, em particular, importantes debates e apresentações de estudos foram realizados, reunindo importantes subsídios 136 no âmbito das políticas e experiências internacionais para a formação de professores, que culminaram com a Resolução CNE/CP N o 137 02/2015. (BRASIL, 2019, p. 3).

Em uma linha histórica, a formação de professores pode ser compreendida como um marco de reformulações políticas, sociais, e de relação de poder, e está estabelecido, que esta, será norteadada pelas regras da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O principal objetivo da formação de professores ser norteadada pela BNCC, pode ser descrito como orientação para uma linguagem comum sobre o que se espera da formação de professores. (BRASIL, 2018, p.1)

Essa linguagem comum aponta para quais são os direitos de aprendizagem, competências e habilidades essenciais, o foco está na prática pedagógica, aproximando da sala de aula, desta forma, a formação deve proporcionar e valorizar a criatividade pedagógica.

Os governos incentivarão a criatividade sobre a base de qualidade do método pedagógico, a contenção de orçamentos, a qualidade dos espaços e seu resultado formal, doméstico, amável e evidentemente sustentável. (JARAUTA e IMBERNON, 2018, p. 118).

A formação de professores, é um ponto de atenção na educação, visto a grande oferta de curso em licenciatura, deste, o maior número é em cursos de pedagogia, o qual habilita profissionais para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Assim, o presente estudo, por meio de levantamento bibliográfico em obras de autores que discutem a questão da formação de professores e em documentos do Ministério da Educação, busca-se uma identificação das ações no contexto de políticas públicas educacionais e contribuições para a qualidade da educação.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O decreto no 8.752, de 9 maio de 2016, que dispõe a Política Nacional de Formação dos profissionais da Educação Básica, estabelece as iniciativas e os programas de formação implementados pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios.

A formação de professores, de certo modo é uma fatia de interesse na educação, tanto que estratégias e ações importantes são discutidas e implementadas há décadas, é o que evidencia Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

(2007), podendo citar como exemplo dessa discussão, a ação em conjunto das secretarias dos estados e municípios, de acordo com as necessidades, e a criação de vagas de cursos de nível superior em universidades públicas.

Destaca-se:

Cursos regulares existentes de primeira licenciatura na modalidade presencial Atendimento às redes públicas de educação básica, com estímulo à destinação prioritária emergencial de vagas a professores em exercício. A ampliação programada de vagas de licenciatura nas Ifes poderá contar, no futuro, com apoio específico do programa Reuni. b) Cursos regulares existentes de primeira licenciatura na modalidade a distância Ampliação do atendimento pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com destinação de vagas a professores em exercício. c) Cursos especiais emergenciais de primeira licenciatura Atendimento de professores da rede pública mediante a oferta de cursos com financiamento especial para este programa pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2007, p. 8).

Outra ação conjunta das secretarias dos Estados e Municípios, de acordo com o Plano Nacional de formação de Professores da Educação Básica (2007, p. 8), são cursos presenciais especiais de segunda licenciatura Planejados segundo a Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, que estabelece diretrizes para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura, para professores em exercício na educação básica, esses cursos destinam-se a professores que atuem há pelo menos três anos em área distinta da sua formação básica na educação básica pública. Há ainda os cursos especiais de formação pedagógica.

Vale destacar que, de acordo com Nóvoa (1999), a formação deve ser concebida como um processo crítico-reflexivo do saber docente, para isto, é necessária uma formação que possibilite um pensamento autônomo e responsável pelo seu próprio desenvolvimento, pautado em valores e compromisso éticos. É importante também associar a valorização ao magistério, especialmente no Brasil, onde pesquisas indicam que a maioria dos jovens não desejam a profissão docente.

3 AÇÕES E ESTRATÉGIAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Governo Federal evidencia suas as iniciativas em objetivamente habilitar os professores, em suas respectivas áreas, através da oferta de cursos de graduação, com o discurso de desenvolvimento de competências essenciais e comuns do ser professor, essas competências, tanto na formação inicial, quanto na continuada estão baseadas

em três dimensões, conhecimento, prática e engajamento, a dimensão do conhecimento está relacionada ao domínio dos conteúdos; a prática refere-se a saber criar e gerir ambientes de aprendizagem; a terceira dimensão, engajamento, diz respeito ao comprometimento do professor com a aprendizagem e com a interação com os colegas de trabalho, as famílias e a comunidade escolar. (BRASIL, 2018, p.1).

Essas iniciativas podem ser identificadas através dos seguintes programas, Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012), ProInfantil (2005), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor (2009), Proinfo Integrado e e-Proinfo (1997), Pró-letramento, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores. (BRASIL, 2018, p.1)

A formação no pacto nacional pela alfabetização na idade certa, é um curso presencial para professores alfabetizadores da rede, de duração de 200 horas, e com oferta em universidades públicas. O curso tem por objetivo, contribuir com conhecimento e informações sobre a aprendizagem e alfabetização, bem como os acompanhamentos, processos, planejamento da aprendizagem e avaliação.

O ProInfantil, é curso em nível médio, oferecido a profissionais da educação infantil, da rede pública e privada, que não possuem a formação atuar ainda com magistério.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, através do programa é oferecido curso de nível superior para professores em exercício da rede pública da educação básica, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB.

De acordo com o Ministério da educação (data) o Proinfo Integrado, é uma formação orientada para o didático – pedagógico das tecnologias da informação e comunicação, dentro do contexto escolar, articulando a oferta de equipamentos e conteúdos multimídias e digitais; e o e-Proinfo, é apresentado como um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem, que em síntese, é uma forma de apoio a distância com cursos, projeto de pesquisa e ao processo de ensino aprendizagem.

Outro programa de formação continuada, é o Pró-letramento, com objetivo de melhorar a qualidade da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, criada em 2004, o programa tem por finalidade auxiliar na melhoria da formação de professores e alunos do sistema público de educação.

Esses programas ajudam a entender a relação da educação e políticas públicas, na atualidade, um momento histórico, da atuação do governo federal frente a demanda educacional e social, por meio de suas características e foco, como o conhecimento pedagógico, formação, metodologias ativas.

De acordo com o Conselho de Educação (2019), a contribuição e eficácia desses programas descritos acima, em seus respectivos focos são: o conhecimento pedagógico, tem garantido resultado na melhoria da prática educacional, em especial como ensinar conteúdos; oportunidade do professor praticar, refletir e dialogar sobre o processo, o uso de metodologias ativas, mostra melhorias também na prática docente, tornando os formadores ativos do processo, seu uso e manuseio desenvolve competências investigativas do professor;

Esses conjuntos de estratégias e ações, retratam um dos maiores recursos que se dispõe para enfrentar o desenvolvimento de um país, porém é necessário lembrar que a formação deve promover além do desenvolvimento profissional do professor, a qualidade e melhoria na educação básica, mediante dados, indicadores da eficácia dos resultados desses programas.

4 CONCLUSÃO

Observa-se iniciativas do Governo Federal, ao propor ações e estratégias, na tentativa de capacitação e valorização do profissional docente, neste trabalho enfatizado por meio dos cursos e programas.

Mediante o exposto, os programas de formação de professores atualmente ofertados, apontam suprir uma deficiência da formação inicial de profissionais, ou seja, não licenciados e graduados, mas que já atuam no magistério.

Desta forma, ainda não é possível identificar uma valorização e criação de uma linguagem comum na educação, como mencionado, visto que o Governo Federal, ainda trabalha para habilitar o profissional de educação em suas respectivas áreas de atuação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:
25 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. 3ª. Versão do parecer. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=124721-texto-referencia-formacao-de-professores&category_slug=setembro-2019&Itemid=30192 . Acesso em 25 fev. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Lei: 9.394 de 20.12.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação básica- formação de professores**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/72141-formacao-de-professores-sera-norteadas-pelas-regras-da-bncc?Itemid=164> . Acesso em: 22 fev. de 2020.

Decreto no 8.752, 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm . Acesso 25 Jan. 2020.

JARAUTA, Beatriz; IMBERNÓN, Francisco (Orgs.). **Pensando no futuro da educação: uma nova escola para o século XXII**. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Penso, 2015. 160p

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Ministério da Educação. **Plano nacional de formação dos professores da educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livro.pdf> . Acesso em 03 fev.2020

NOVOA, A. **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1999.

NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação**. Portugal: Porto, 1992.